

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2949/2023-PGJ, DE 14.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000233, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Naira Santana de Oliveira, Técnica I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP (PGA nº 09.2023.00005845-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2950/2023-PGJ, DE 14.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE00231, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00004908).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2951/2023-PGJ, DE 14.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 49/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 3.1) Suplente – Sonia Tenuta, Técnica II (PGA nº 09.2023.00003787-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2689/2023-PGJ, DE 31.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13 a 22.7.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005220-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2842/2023-PGJ, DE 2.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 3 (três) dias de férias compensatórias no período de 17 a 19.7.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2684/2023-PGJ, DE 31.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13.7 a 11.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005322-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2685/2023-PGJ, DE 31.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias remanescentes ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13 a 22.7.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00005317-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº e-598/2023/PGJ, DE 2.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|-----------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 10 | 11 a 20.8.2023 | ABONO | NÃO |
| 2022/2023 | 20 | 21.8 a 9.9.2023 | GOZO | SIM |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-602/2023/PGJ, DE 2.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 10 | 3 a 12.7.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-604/2023/PGJ, DE 2.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Aline Mendes Franco, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 5 | 17 a 21.7.2023 | GOZO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-605/2023/PGJ, DE 2.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|-----------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 10 | 24.7 a 2.8.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-608/2023/PGJ, DE 2.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2022/2023 | 10 | 3 a 12.7.2023 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0039/2023/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2023.00004241-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 06 de junho de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002645 DE 07.06.2023 DO PROCESSO 09.2023.00006280-6**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Braga Comércio de Tintas Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 18/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho n.º 2023NE002645, de 07.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002646 DE 07.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006274-0

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: JJB Comércio Varejista de Tintas e Ferramentas Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 17/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 5/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002646, de 07.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 052/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00005864-6

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A., representada por **Leonardo Gonçalves**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Fornecimento, pela Contratada, de Certificados Digitais do tipo A3, para pessoa física, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 (três) anos, compatíveis com mídia (*token*) *Safenet*; Certificados Digitais e-CNPJ do tipo A1 - Padrão ICP-Brasil, e Certificados Digitais do tipo A3, para pessoa jurídica, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 (três) anos, compatíveis com mídia (*token*) *Safenet*, para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado total: R\$ 17.590,00 (dezesete mil quinhentos e noventa reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002569, de 05.06.2023.

Vigência: 12.06.2023 a 12.06.2024.

Data de assinatura: 12 de junho de 2023.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/PGJ/2018**

Processo: 09.2022.00012546-0

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **TAUNÁ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, representada por **Telmo Brugalli Flores**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Retificação da área locada, no Contrato nº 31/PGJ/2018, passando de 497,68m² para 300m².

Data de assinatura: 14 de junho de 2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0459/2021 – PGA 09.2023.00000578-1

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**, representada por **Pablo Leo Peduzzi** e **Juliana Mayumi Oshiro Ono**.

Procedimento licitatório: Contratação direta por inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e reajuste do valor estimado mensal, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor anual da contratação: R\$ 113.051,50 (cento e treze mil cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

Vigência: 09.06.2023 a 16.06.2024.

Data de assinatura: 9 de junho de 2023.

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Processo nº 09.2022.00012352-8

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A conjugação de esforços entre os participantes para o aprimoramento da gestão e processos de inovação, por meio do compartilhamento de projetos e boas práticas que possam ser passíveis de cessão.

Vigência: 24.05.2023 a 24.05.2025.

Data da assinatura: 24 de maio de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0010/2023/05PJ/CBA****Autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00000562-6**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2023.00000562-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Rosiane Arnaldo e Bruno Emanuel Fonseca da Cruz

Requeridos: Município de Ladário e outros

Assunto: Apurar eventual violação ao princípio constitucional da moralidade na nomeação de Elaine das Neves Barbosa, companheira do vereador Carlos Eduardo Fernandes da Silva, ao cargo de Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Ladário-MS.

Corumbá/MS, 01 de junho de 2023.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**ANGÉLICA****EDITAL Nº 0021/2023/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, Bairro Industrial, Angélica/MS, endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000642-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar possível ocorrência de superlotação na sala de aula do primeiro ano do ensino fundamental da Extensão Maria Beatriz da Cruz, localizada na Escola Estadual Luiz Vaz de Camões, distrito de Ipezal, neste Município de Angélica/MS, assim como a falta de materiais escolares devido ao número de alunos.

Angélica, 13 de junho de 2023

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça



APARECIDA DO TABOADO

EDITAL N° 005/2023/02PJ/ATD

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000639-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar possível conduta ilegal de Conselheira Tutelar no exercício da função.

Aparecida do Taboado/MS, 12 de junho de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

EDITAL N° 006/2023/02PJ/ATD

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000041-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Adotar providências visando à implantação de um Centro de Controle de Zoonoses no Município de Aparecida do Taboado.

Aparecida do Taboado/MS, 12 de junho de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça.

EDITAL N° 007/2023/02PJ/ATD

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000640-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar possível insuficiência de professores nos Centros de Educação Infantil de Aparecida do Taboado.

Aparecida do Taboado/MS, 12 de junho de 2023.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça



CAARAPÓ

EDITAL 0004/2023/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004078-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS de Juti/MS e Caarapó/MS.

Assunto: registrar as atividades de inspeção/vistorias realizadas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS de Juti e Caarapó/MS.

Caarapó-MS, 13 de junho de 2023.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL 0005/2023/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003880-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Asilo Frei Eucário e Casa Lar São Geraldo.

Assunto: registrar as atividades de inspeção/vistorias realizadas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos de Caarapó (Asilo Frei Eucário) e Juti (Casa Lar São Geraldo).

Caarapó-MS, 13 de junho de 2023.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

CAMAPUÃ

EDITAL N. 05/2023/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2023.00000386-1, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2023.00000386-1.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã.

Nível de sigilo: Restrito

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil por parte do Município de Camapuã.

Camapuã - MS, 19 de maio de 2023.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Subst. Legal



INOCÊNCIA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2019.00001516-7

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo Promotor de Justiça, Dr. Ronaldo Vieira Francisco, em substituição legal na Promotoria de Justiça de Inocência, doravante denominado COMPROMITENTE; e de outro lado, o MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Antônio Ângelo Garcia dos Santos, aqui denominados COMPROMISSÁRIOS;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incs. II e III da Constituição Federal, que explicita como fundamentos da República Federativa do Brasil a cidadania e a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece a necessidade do Estado Democrático de Direito assegurar à sociedade o seu bem-estar, culminando, assim, com o indispensável respeito a um dos direitos sociais básico, qual seja, o direito à saúde;

CONSIDERANDO que a “*a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*” nos termos do art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 197, também da Carta Magna, que estabelece que “*são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da Lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle*”;

CONSIDERANDO que no cumprimento do dever de prestar assistência integral à saúde da população, o poder público atuará por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, seja diretamente, através de unidades públicas de saúde, ou indiretamente, arcando com o custo dos tratamentos efetivados por instituições de saúde conveniadas;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.089/90 em seu art. 43 é incisiva ao dispor sobre a gratuidade das ações e serviços públicos contratados;

CONSIDERANDO que a descentralização é uma das diretrizes do SUS (CF, art. 198, *caput*, inc. I), competindo à direção municipal do SUS o planejamento, a organização, o controle, a avaliação, a gestão e a execução dos serviços públicos de saúde, nos termos do art. 18, inc. I da Lei n. 8.080/90, ou seja, cabe ao município organizar as ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por força dos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados na mesma Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever de adotar medidas frente à vulnerabilidade da saúde, visando sempre proteger a população e melhorar as condições da saúde pública;

CONSIDERANDO que tramita na Promotoria de Justiça de Inocência, o Inquérito Civil n. 06.2019.00001516-7, que tem por objeto apurar adequação das ambulâncias quanto aos requisitos mínimos para transporte de enfermos e irregularidades no Hospital e Maternidade Municipal;

CONSIDERANDO que bojo do aludido procedimento foram amealhados, o Relatório de Fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem e Relatórios Técnicos de Inspeção da Coordenadoria Estadual de Vigilância Sanitária, por meio dos quais se declinou irregularidades encontradas em algumas ambulâncias do Município de Inocência;



CONSIDERANDO que por meio do Relatório de Vistoria n. 214/2020/MS, oriundo do Conselho Regional de Medicina, do qual se extrai irregularidades no Hospital e Maternidade Municipal de Inocência;

CONSIDERANDO que há quase 3(três) anos este procedimento está em trâmite, sem que a municipalidade tenha concluído as obras de reforma e ampliação do Hospital e Maternidade Municipal de Inocência;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem como função institucional preceituada pela Constituição Federal “promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal; e dentro desta premissa, poderá “tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”, nos termos dos arts. 1º, II, e 5º, § 6º, da Lei Federal 7.347/85 e do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil;

Dessa forma, pelo presente instrumento, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, os supra qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: os COMPROMISSÁRIOS se incumbem a cumprir a Portaria n. 2.048, de 5 de novembro de 2022, do Ministério da Saúde, bem como suas alterações ou normativa que lhe sobrevenha, disponibilizando ambulâncias com conservação, manutenção, limpeza, materiais, equipamentos, medicamentos e recursos humanos necessários ao atendimento pré-hospitalar móvel primário e secundário da população;

CLÁUSULA SEGUNDA: os COMPROMISSÁRIOS se incumbem a concluir as obras de reforma e ampliação do Hospital e Maternidade Municipal de Inocência, no prazo de 120(cento e vinte dias), a contar da assinatura deste termo de ajustamento de conduta;

CLÁUSULA TERCEIRA: em decorrência das irregularidades constatadas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul, destacadas no Relatório de Vistoria n. 214/2020/MS, os COMPROMISSÁRIOS se incumbem a, no prazo de 60(sessenta) dias, a contar da assinatura, a proceder à regularização das seguintes falhas encontradas no serviço de saúde do nosocômio:

| SETOR INSPECIONADO | IRREGULARIDADES |
|---|---|
| Sala de Classificação de Risco (Triagem) | <ul style="list-style-type: none"> - ausência glicemia capilar; - ausência cadeiras; - ausência privacidade no atendimento ao paciente; - ausência pia com água corrente para uso da equipe de saúde; - ausência de sabonete líquido e toalha de papel |
| Organização da assistência | <ul style="list-style-type: none"> - ausência documentos comprobatórios de que demonstrem capacitação para atendimento e emergência e urgência dos médicos; - condições inadequadas de atendimento; - ausência de acesso à documentação que demonstre que o diretor-técnico informa aos administradores da instituição, sem que faltam condições necessárias a boa prática médica; - ausência de acesso a documentos acerca de providências eventualmente tomadas pelo diretor-técnico junto ao Ministério Público; - ausência de acesso a documentos aptos a demonstrar que a transferência de pacientes é acompanhada com o laudo médico de encaminhamento |
| Estrutura da Unidade/Setor de Emergência | <ul style="list-style-type: none"> - a entrada da ambulância não propiciava acesso ágil para a sala de emergência; - área de desembarque de ambulâncias não era coberta; - sala de reanimação com apenas 1(um) leito; - ausência de sala de isolamento e isolamento pediátrico; - ausência de sala específica para atendimento aos pacientes psiquiátricos; |
| Sala de reanimação de adulto (sala de urgência, emergência ou vermelha) | <ul style="list-style-type: none"> - somente 1 (um) leito; - carrinho sem desfibrilador com monitor; |



| | |
|---------------------------------------|---|
| | - acerca dos medicamentos para atendimento de parada cardiorrespiratória e anafilaxia, constou-se ausência dos seguintes medicamentos: *insulina; *meperidina. |
| Área diagnóstica | - não há funcionamento 24h (sobrevisto no período noturno, necessitando de ativação à distância) |
| Sala de observação feminina/masculina | - ausência de banheiro anexo |
| Sala de observação pediátrica | - ausência de sanitário anexo; - ausência de leitos de observação que permitam atender até 24 horas recém-nascidos e prematuros; - ausência de acomodação para acompanhante |
| Medicamentos disponíveis | - Constatou-se a ausência dos seguintes medicamentos: * Flumazenil (Lanexat); * Cloridrato de naloxona (Narcan); * Ácido acetilsalicílico 500; * Cefalotina; * Carbamazepina; * Sulfato de magnésio; * Hidralazina; * Metoprolol; * Diclofenaco de Sódio * Tenoxicam; * Clorexidina; * Deslanosídeo (Cledilande); * Digoxina; * Manitol; * Clister Glicerinado; * Fleet enema; * Dobutamina; * Carvão ativado; * Sais para reidratação oral; * Metilergometrina; * Misoprostol; * Ocitocina; * Tiamina (vitamina B1) |
| Corpo Clínico | - não possui médicos especialistas em Ginecologia e Obstetrícia ou em Pediatria. |

CONSTATAÇÕES

Não havia respiradores mecânicos de uso prolongado ou de uso para transporte em ambulâncias;
 Não havia comunicação ao CRM-MS de que o Dr. Lucas Silva Brizzante, era Diretor Técnico e Clínico do Hospital;
 Observada a presença de **2(duas) alunas do curso de medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS**, que segundo informado estariam realizando estágio rural curricular; razão pela qual foi solicitada a comprovação de convênio com a UEMS, para realização de estágio supervisionado; informações acerca dos preceptores ou supervisores do estágio e atividades desempenhadas na unidade de saúde;
 Inexistência de prática em ficha específica de triagem e todos os passos pertinentes à classificação de risco dos pacientes;
 Não possuía sala de isolamento respiratório com antecâmara de vácuo.

CLÁUSULA QUARTA: os COMPROMISSÁRIOS se incumbem em providenciar e apresentar ao COMPROMITENTE, a Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros, Licença Sanitária e Alvará de Funcionamento, no prazo de 60(sessenta) dias, a contar da assinatura;

CLÁUSULA QUINTA: os COMPROMISSÁRIOS atualizarão o controle de pragas, no prazo de 30(trinta) dias, a contar da assinatura;

CLÁUSULA SEXTA: os COMPROMISSÁRIOS se incumbem a fornecer e efetuar a manutenção periódica e regular do mobiliário, equipamentos e instrumentos necessários aos serviços de saúde do Hospital e Maternidade Municipal de Inocência;

CLÁUSULA SÉTIMA: este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou restringe as ações de controle e fiscalização por parte de qualquer órgão incumbido de zelar pela probidade na administração pública e pela defesa da saúde;



CLÁUSULA OITAVA: fica reservado ao Ministério Público Estadual o direito de realizar visitas ao nosocômio, bem como acompanhar e fiscalizar ou solicitar de outros órgãos, perícias e vistorias, a qualquer tempo, no que se refere ao cumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA NONA: o descumprimento injustificado das obrigações previstas no presente termo importará na aplicação imediata de multa diária de R\$20.000,00 (vinte mil reais), que será revertido em favor de instituição indicada por esta Promotoria de Justiça, devidamente cadastrada como entidade beneficiária de TAC, conforme Resolução nº 31/2012-PGJ, qual seja, Asilo Santo Agostinho- Obra Social “Nossa Senhora Santana”, CNPJ: 15.409.154.0001-09 Banco do Brasil, Agência: 0484-7, Conta Corrente: 12.025-1.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não pagamento da multa sancionatória prevista no *caput* desta cláusula, na data fixada, implica em sua execução pelo Ministério Público Estadual, incidindo-se a partir daquela data o índice de correção monetária IGPM, e juros de mora de 1% ao mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A aplicação da penalidade prevista no *caput* se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, tratando-se de multa sancionatória, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

TÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: A revogação, total ou parcial, de quaisquer normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este Termo de Ajustamento de Conduta não inibe ou impede que o compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do consumidor ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Este compromisso produz efeitos legais a partir desta data e terá eficácia de título executivo extrajudicial nos termos dos art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 784, IV, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 3(três) vias de igual teor, assinadas pelo Promotor de Justiça e pelos compromissários. Duas das vias são recebidas pelos compromissários neste ato e a outra será digitalizada, juntada no Inquérito Civil n. 06.2019.00001516-7 e permanecerá arquivada na respectiva pasta, nos arquivos desta Promotoria de Justiça.

Inocência, 25 de maio de 2023.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em substituição legal
Compromitente

Município de Inocência
ANTÔNIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS
Prefeito Municipal
Compromissário

PAULA CARÓSIO FONT
Procuradora Municipal
OAB/MS n.22254-B

**EDITAL N. 12/2023**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000492-7

Requerente: Olivalto Ferreira

Requerido: Henrique César Líria Alves – Presidente da Câmara Municipal de Inocência

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na ausência de disponibilidade de informações no sítio da Câmara Municipal de Inocência, em especial no portal transparência.

Inocência, 7 de junho de 2023.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em Substituição Legal

NIOAQUE

EDITAL Nº 0009/2023/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil Nº 06.2023.00000530-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Pereira da Silva

Assunto: Apurar o desmatamento de 9 (nove) hectares de vegetação nativa fora de área de reserva legal no Lote 44 do Assentamento Uirapuru, de propriedade de Sérgio Pereira da Silva (Auto de Infração IMASUL nº 011528/2022)

Nioaque, 12 de junho de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0007/2023/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil Nº 06.2023.00000531-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marita Pesqueira Corrêa de Souza

Assunto: Apurar o desmatamento de vegetação nativa fora de área de reserva legal na Fazenda Lucero Pora, de propriedade de Marita Pesqueira Correa (objeto do Auto de Infração IMASUL nº 014808/2022).

Nioaque, 12 de junho de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0008/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil N° 06.2023.00000532-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marita Pesqueira Corrêa de Souza

Assunto: Apurar o desmatamento de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Lucero Pora, de propriedade de Marita Pesqueira Correa (Auto de Infração IMASUL nº 011497/2022).

Nioaque, 12 de junho de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

PARANAÍBA**EDITAL N° 005/2023**

A Promotoria de Justiça de Execução Penal de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006332-7

Requerente: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN.

Requerido: Top Quality Alimentação Ltda.

Assunto: Acompanhar o integral pagamento das parcelas remanescentes à integral remuneração dos apenados do Estabelecimento Penal de Paranaíba, concernente ao período de maio a agosto/2022.

Paranaíba, 13 de junho de 2023.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ**EDITAL 0001/2023****NOTÍCIA DE FATO n 01.2023.00004939-1**

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2023, referentes aos documentos da 5ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 13 de junho de 2023.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

Supervisão



LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0001/2023

| | | | |
|--|--|--|-----------|
| PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-MS | | PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS | |
| Órgão / Setor 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS | | Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS | |
| TIPO DOCUMENTAL | JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES | ANO INICIAL | ANO FINAL |
| NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO | | | |
| <p>Classe-000- documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo;</p> <p>Classe-100- Promoção de Arquivamento-(cópias);</p> <p>Classe-200- Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres; petições; razões e contrarrazões recursais; pedidos e requisições de diligências; entre outros; (cópias);</p> <p>Classe-200-Comunicações de flagrante ;</p> <p>Classe-200-Termos de declarações (;cópias);</p> <p>Classe-200- Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações;</p> <p>Classe-200-Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i>, e 129, II e III);</p> <p>Classe-100- Pautas; atas; termos de audiência; termo de oitiva ; (cópias);</p> <p>Classe-100-Relação de remessa de documentos ; (cópias);</p> | <p>Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.</p> | 2011 | 2015 |
| <p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo</p> <p>Data do preenchimento:</p> | | | |

Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de ABRIL de 2022

| FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS PARA ELIMINAÇÃO | | | | |
|--|---|------------------|------------|----------------------|
| Unidade Produtora: 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS | | | | |
| Responsável: ANDRÉA DE SOUZA RESENDE | | | | |
| Classe e subclasse | Descrição do documento | Ano do documento | Volume | Observações |
| 000 | Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles | 2011 e 2015 | 08 Volumes | Apto para ELIMINAÇÃO |



| | | | | |
|-----|--|------------------|------------|----------------------|
| | referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo; | | | |
| 100 | Promoção de Arquivamento-(cópias); | 2014 e 2015 | 04 volumes | Apto para ELIMINAÇÃO |
| 200 | Manifestações diversas em processos judiciais: pareceres; petições; razões e contrarrazões recursais; pedidos e requisições de diligências; entre outros; (cópias); | 2014 E 2015 | 07 volumes | Apto para ELIMINAÇÃO |
| 200 | Comunicações de flagrante ; | 2014 e 2015 | 02 volumes | Apto para ELIMINAÇÃO |
| 200 | Termos de declarações (cópias); | 2013/2014 E 2015 | 05 VOLUMES | Apto para ELIMINAÇÃO |
| 200 | Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações - (NF N. 15/2015, 005,006,017,015,014,013,012,011, 010,009,007,008,010,023,022,004,039,17,065,059,050,061,049,066,067,064,060,058,054)- f N.13/2014, 08,007,002,001,014,011,006,003, 004,005,25,026,027,032,012,015 ,19,20,18,017,016); | 2014 e 2015 | 08 volumes | Apto para ELIMINAÇÃO |
| 200 | Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, caput, e 129, II e III) – (IC N. 04/2011-VOL I-II-II); | 2011 | 03 volumes | Apto para ELIMINAÇÃO |



| | | | | |
|---|--|-----------|----|----------------------|
| 100 | Pautas; atas; termos de audiência; termo de oitiva ; (cópias); | 2013/2014 | 06 | Apto para ELIMINAÇÃO |
| 100 | Relação de remessa de documentos ; (cópias); | | | |
| Conforme o Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, que dispõe sobre a Política de Arquivo e aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos a serem adotados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. | | | | |
| Local e data: | | | | |
| Carimbo e assinatura do Responsável | | | | |
| PARA USO DA CPAD | | | | |
| Recebido ____/____/____ | | | | |
| Carimbo e assinatura do Responsável | | | | |

SONORA

EDITAL N° 0013/2023/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000356-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2023.00000356-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora/MS

Assunto: Apurar irregularidades decorrentes do provimento em tese irregular do cargo de Secretário Escolar pelo Município de Sonora/MS.

Sonora/MS, 13 de junho de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça